

INFORME LEGISLATIVO

RESULTADO DA AGENDA SEMANAL 29 DE MAIO A 02 DE JUNHO

A Assessoria de Assuntos Legislativos da FIEMG envia periodicamente, os resultados das reuniões das Comissões Permanentes e Plenárias do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte. Seleccionamos apenas as proposições e assuntos de interesse da indústria.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

- **TRIBUTÁRIO / MEIO AMBIENTE**

Audiência Pública: a finalidade debater a importância do envolvimento dos municípios mineiros nas discussões sobre o acerto de contas entre o Estado e a União e o impacto da perda da receita tributária proporcionada pela desoneração no ICMS promovido pela Lei Kandir.

Autores do requerimento: Dep. Tadeu Martins Leite; Dep. Cássio Soares; Dep. Durval Ângelo; Dep. Felipe Attiê; Dep. Tito Torres; Dep. Ulysses Gomes e Dep. Tiago Ulisses.

Resultado: audiência realizada no dia 29 de maio, na ALMG. Segundo o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Adalclever Lopes, o acerto de contas entre Minas e a União, é uma luta de todos, pois o Estado foi um dos mais prejudicados pela Lei Kandir. Minas vai mostrar ao Brasil que quem deve de fato é o governo federal. Além de contribuir para a articulação em nível municipal do movimento pelo acerto de contas, a reunião também serviu para definir um cronograma de ações para que as lideranças nas próprias cidades pressionem seus representantes no Congresso Nacional para que a compensação se transforme em realidade. Ficou acertado que será agendado um novo encontro, em Brasília, nas próximas semanas pelo deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG), representante do Estado na comissão especial constituída para apresentar um projeto que viabilize o acerto de contas. Caberá ao Congresso aprovar, até novembro, uma lei regulamentando os repasses de recursos da União para os Estados, este prazo foi estipulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em sentença sobre o caso proferida em novembro do ano passado.

Projeto de Lei 3397/2016 – Segundo Turno e Projeto de Lei 4136/2017 (REFIS): Altera a Lei nº 14.699, de 6 de agosto de 2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário, altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, a Lei nº 13.470, de 17 de janeiro de 2000, a Lei nº 14.062, de 20 de novembro de 2001, e dá outras providências. E cria o programa de regularização fiscal.

Autor: Governador Fernando Damata Pimentel

Resultado: Plenário, aprovado em segundo turno. Encaminhado a Comissão de Redação. Posteriormente será remetido para a sanção do Governador do Estado

Posicionamento FIEMG: Convergente com ressalva. A FIEMG é favorável ao Plano de Regularização de Créditos Tributários – PL 4136/2017, por se tratar de medida necessária, para a retomada do desenvolvimento econômico do Estado, porém é contra a majoração de impostos previstas no texto do PL 3397/2016, sendo essa a ressalva sobre o texto.

Prioridade: Atuação

Projeto de Lei 62/2015 – Primeiro Turno: Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Uso de Produtos Biodegradáveis para Lavagem e Higienização a Seco em Veículos no Estado.

Autores: Dep. Fred Costa e Dep. Paulo Lamac

Relator: Dep. Hely Tarquínio

Resultado: A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade – APROVADO. Aguardando o cumprimento de prazo, para recurso contra inconstitucionalidade. Não havendo recurso vai para arquivo.

Posicionamento FIEMG: Divergente. Fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e a separação dos poderes.

Prioridade: Alta.

Projeto de Lei 3081/2015 – Primeiro Turno: Altera a Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.

Autor: Dep. João Alberto

Relator: Dep. Isauro Calais

Resultado: A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade – APROVADO. Aguardando o cumprimento de prazo, para recurso contra inconstitucionalidade. Não havendo recurso vai para arquivo.

Posicionamento FIEMG: Divergente. Onera o setor produtivo.

Prioridade: Alta.

Projeto de Lei 3968/2016 – Primeiro Turno: Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências.

Autor: Dep. Rogério Correia

Relator: Dep. Hely Tarquínio

Local: Comissão de Constituição e Justiça

Resultado: A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 – APROVADO. O projeto segue para a Comissão de Agropecuária e Agroindústria. Posteriormente para as Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Posicionamento FIEMG: Divergente. Visa instituir um programa de atuação no semiárido, criando um sistema na Administração Pública estadual, revisando os programas e projetos de incentivo ao crédito, melhoria hídrica, atração de investimentos da iniciativa privada para instalação e operação de empreendimentos industriais e agropecuários. Viola a separação dos poderes, reserva de iniciativa e limitações impostas pela lei de responsabilidade fiscal.

Prioridade: Alta.

Projeto de Lei 1947/2015 – Primeiro Turno: que altera a Lei nº 12.503, de 30 de maio de 1997, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água.

Autor: Dep. Luiz Humberto Carneiro

Resultado: Plenário, aprovado em primeiro turno. O projeto segue para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para análise em segundo turno.

Posicionamento FIEMG: Divergente. Visa instituir um programa de atuação no semiárido, criando um sistema na Administração Pública estadual, revisando os programas e projetos de incentivo ao crédito, melhoria hídrica, atração de investimentos da iniciativa privada para instalação e operação de empreendimentos industriais e agropecuários. Há um engessamento/vinculação da destinação da receita das concessionárias, ostentando caráter restritivo.

Prioridade: Alta.

• CULTURA

Projeto de Lei 445/2015 – Primeiro Turno: Dispõe sobre a gratuidade do ingresso em espetáculos públicos para músicos inscritos na Ordem dos Músicos do Brasil - Seção Minas Gerais que estejam regulares.

Autor: Dep. Fred Costa

Relator: Dep. Isauro Calais

Resultado: A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade – APROVADO. Aguardando o cumprimento de prazo, para recurso contra inconstitucionalidade. Não havendo recurso vai para arquivo.

Posicionamento FIEMG: Divergente. Visa garantir acesso a músicos ou artistas em eventos culturais de forma gratuita, porém não especifica qual órgão do Governo arcará com a despesa, ou seja, não há previsão orçamentária específica para custeio da política pública.

Prioridade: Alta.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

• MEIO AMBIENTE

Projeto de Lei 205/2013 - Segundo Turno: Dispõe sobre a obrigatoriedade de acondicionamento do lixo orgânico e do lixo reciclável em embalagens separadas, no Município.

Autor: Ver. Joel Moreira Filho

Relator: Ver. Eduardo da Ambulância

Resultado: A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana emitiu parecer pela rejeição da emenda nº 1 e aprovação da emenda nº 2 – APROVADO. Aguardando apreciação em Plenário em segundo turno.

Posicionamento FIEMG: Divergente a Emenda nº 2. Apesar da nobre intenção do texto, algumas ressalvas merecem ser pontuadas. Assim, a competência para regulamentação da matéria, salvo melhor juízo, caberá à SLU e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A Lei nº 10.534, de 10 de setembro de 2012, dispõe, expressamente, acerca dos resíduos orgânicos, estabelecendo que os proprietários e os responsáveis legais de mercados, supermercados, feiras, sacolões e estabelecimentos congêneres, localizados em regiões beneficiadas pelo Programa de Coleta Seletiva de Resíduo Orgânico, devem, a critério da SLU, segregá-lo no local de origem de geração e acondicioná-lo separadamente dos demais resíduos.. Não se olvide, por fim, do arcabouço normativo já existente no plano nacional e estadual acerca da Política Nacional de Resíduos e Política Estadual. As alterações legislativas afetas a matéria devem caminhar em sintonia com o disposto no plano federal e estadual de modo a tornar o sistema harmônico e eficaz.

Prioridade: Alta.

- **SESI/CULTURA**

Projeto de Lei 2082/2016 - Primeiro Turno: "Dispõe sobre a instituição da meia-entrada para professores da rede pública municipal e privada de ensino de Belo Horizonte e dá outras providências"

Autor: Ver. Elvis Côrtes

Relator: Ver. Pedrão do Depósito

Resultado: A Comissão de Comissão de Orçamento e Finanças Públicas emitiu parecer pela aprovação - APROVADO. Aguardando apreciação em Plenário em primeiro turno.

Posicionamento FIEMG: Divergente. Produção de políticas compensatórias que oneram o mercado cultural que passa pelas mais pesadas dificuldades e penúrias para conseguir manter suas atividades.

Prioridade: Alta

O Sistema FIEMG, através da Assessoria de Assuntos Legislativos, continuará a acompanhar os temas e as proposições legislativas, defendendo os posicionamentos do setor industrial mineiro junto ao Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários através do e-mail: legislativo@fiemg.com.br

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Assessoria de Assuntos Legislativos
Contato: (31)3263-4367/4368